

MAU VENTO, MAU CASAMENTO, POUCAS TRADUÇÕES

OSCAR DIAZ FOUCES
UNIVERSIDADE DE VIGO

O tradicional desdém que caracteriza as relações entre Portugal e Espanha é já um lugar-comum, em que parece desnecessário fazer questão. Os observadores mais optimistas, porém, acreditam numa mudança das atitudes dos povos vizinhos da Jangada de Pedra. Essa alteração coincidiria com a relativamente recente parceria dos países ibéricos, no quadro das instituições da União Europeia, que trouxe consigo a necessidade de cooperar em muitas áreas e, portanto, a conveniência de esquecer os velhos receios (e as velhas matreirices).

Existir entre eles uma boa comunicação é, decerto, um dos indícios mais precisos da boa saúde nas relações entre Estados soberanos. É claro que essa comunicação não deve só atingir as infra-estruturas rodoviárias. Terá de chegar também – e fundamentalmente – às formas de interacção, presencial ou diferida, em que sempre estão envolvidos os respectivos idiomas. As relações pessoais, face a face, ficarão complementadas com os laços mediáticos e, em geral, com os intercâmbios de produtos culturais de todos os géneros. Neste último domínio, a mediação linguística em todas as suas dimensões (tradução, interpretação, dobragem e legendagem) será, sem dúvida, um dos factores a salientar. Propomo-nos neste trabalho analisar, precisamente, alguns aspectos do estado actual das relações entre Espanha e Portugal, ou melhor, da língua portuguesa e das línguas espanholas, no que diz respeito a esse âmbito. Dada a complexidade do tema, trataremos do assunto apenas da óptica espanhola (e unicamente a propósito de alguns aspectos) e deixaremos para um futuro trabalho as considerações relativas à visão complementar, à tradução para a língua portuguesa de textos espanhóis.¹

¹Para manter este artigo numa extensão razoável, não trataremos de todos os pormenores do par linguístico em causa. Temos de deixar de lado, por exemplo, a análise de dados tão interessantes como os relativos à interpretação, ou à tradução comercial. Uma outra limitação

1. A tradução de livros em português para as línguas espanholas

Devem recordar os leitores, antes de mais, a presença no Estado espanhol de várias línguas com estatuto de (co-)oficialidade: o castelhano, oficial em todo o território; o catalão, co-oficial nas comunidades autónomas da Catalunha, Valência e Ilhas Baleares; o basco (ou éuscaro), co-oficial nas comunidades autónomas do País Basco e Navarra; e o galego, co-oficial na comunidade autónoma da Galiza². Embora não seja este um trabalho de tipo sociolinguístico, não poderemos poupar alguns pormenores relativos aos aspectos sociais do uso desses idiomas e à sua consideração estrutural, como depois veremos.

Começaremos, por enquanto, por apresentar alguns dados sobre a presença da língua portuguesa na área da tradução para as línguas espanholas. Trata-se da quantidade de livros traduzidos nas combinações português/castelhano, português/catalão, português/basco e português/galego, que foram editados nos últimos cinco anos, segundo as estatísticas da Agência Espanhola do ISBN, conforme podemos constatar no quadro 1.

Quadro 1

	1995	1996	1997	1998	1999
Castelhano	95	70	83	93	112
Catalão	7	5	8	15	11
Basco		1	1	1	1
Galego	9	2	1	4	5
=	111 (12445)	78 (11833)	93 (13661)	113 (14920)	129 (16048)

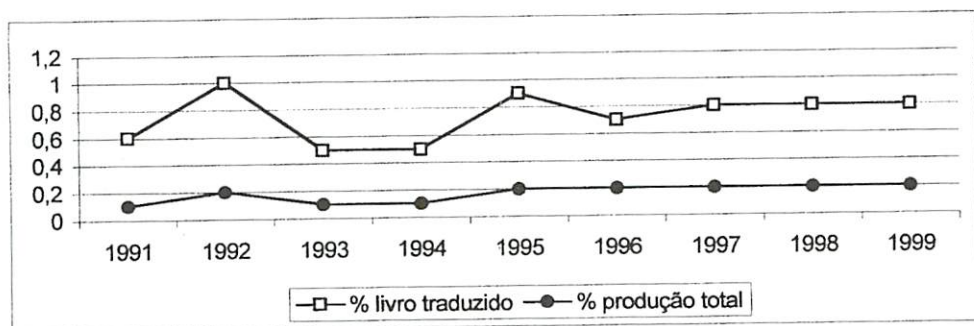
Traduções de textos portugueses para as diferentes línguas espanholas, editadas com ISBN (1995-1999). Fonte: elaboração própria com dados das *Panorâmicas 1995 a 1999*.

do nosso trabalho será ter de prescindir das referências a outros países hispanófonos. Porém, é claro que o estudo específico de todas aquelas áreas profissionais (e de algumas outras), bem como o estudo da situação dos intercâmbios português-espanhol na América Latina teriam um grande interesse.

² O leque de línguas, em termos estritamente filológicos, é mais extenso. Devem incluir-se, além das anteriores *línguas oficiais*, um grupo de *modalidades linguísticas*: o asturiano, o aragonês e o aranês (variedade da língua occitana, que é falada na Catalunha na comarca do *Val d'Aran*, e que conta com instituições próprias). Os estudiosos reconhecem, porém, uma diferente consideração jurídica para as línguas oficiais e para as modalidades linguísticas no Estado espanhol. As línguas qualificadas como oficiais, segundo o Catedrático de Direito Constitucional J. Vernet (1992:16), "són ensenyades de forma obligatòria en els centres escolars i són usades

As traduções de textos portugueses atingiram ao todo 524 volumes nesses cinco anos. As quantidades entre parênteses na última fila dizem respeito ao total de livros traduzidos no conjunto do Estado espanhol. As percentagens que representam as traduções na produção editorial espanhola passaram de 24.0% em 1995 a 26.1%, em 1999. Corresponha às traduções de textos redigidos em língua portuguesa 0.2% dessa produção em 1999. Esses 0.2% passariam a 0.8%, quando considerado o total de traduções, que será, por exemplo, menos de metade de 1.7% que representam os livros traduzidos do latim (!), e fica certamente longe das traduções da língua inglesa (52.1%). No Gráfico 1 podemos ver como evoluiu entre 1991 e 1999 a percentagem que representa a tradução de textos portugueses no total de traduções para todas as línguas oficiais em Espanha. Atente-se a que nunca é ultrapassada a proporção de 1% do livro traduzido, nem a de 0.2% da produção total, em que se teria estabilizado, aliás, a partir de 1995.

Gráfico 1



Livros com ISBN identificados como traduções de textos em língua portuguesa para as línguas espanholas (1991-1999). Percentagens sobre total de livros traduzidos e sobre produção total. Fonte: elaboração própria com dados das *Panorâmicas 1991 a 1999*.

Parece claro, à vista dos dados anteriores, que a proximidade geográfica não terá implicado, neste caso concreto, uma importante actividade tradutora. Evidentemente, convém matizar este diagnóstico, a começar pelas variáveis mais evidentes: a importância relativa das traduções de textos em português para as diferentes línguas unicamente pode ser avaliada quando conferimos as estatísticas sobre o total da produção em cada uma delas. Eis os dados:

vàlidament i eficaçment pels ciutadans i per l'Administració en les seves relacions. En canvi, les modalitats lingüístiques només reben polítiques de foment encaminades a protegir la riquesa lingüística i poden ser ensenyades en els diferents nivells docents de forma voluntària." Neste trabalho trataremos só das três línguas demograficamente mais importantes (e oficiais, aliás): catalão, basco e galego.

Quadro 2

	1995	1996	1997	1998	1999
Castelhano	41301	36797	42330	46880	47266
Catalão	5973	6064	6856	7318	7492
Basco	968	1096	1060	1216	1250
Galego	1148	1130	1233	1231	1333

Número de livros com ISBN editados nas diferentes línguas espanholas (1995-1999). Produção total. Fonte: elaboração própria com dados das *Panorâmicas 1995 a 1999*.

A produção em língua basca e a produção em língua galega situam-se à volta de 1100-1200 livros/ano, a uma considerável distância da edição em língua catalã (6000-7000 livros/ano, aproximadamente). Esse intervalo passa a ser astronómico quando o segundo termo de comparação é a edição em língua castelhana (cerca de 43000 livros/ano, em média). Os textos traduzidos também não apresentam as mesmas proporções, no total da produção. As percentagens para 1999, segundo os dados fornecidos pela *Panorâmica* desse ano seriam as seguintes: 18.1% para catalão, 34% para basco, e 11.2% para galego. No conjunto de línguas do Estado seria de 21.6 %. A língua-fonte prioritária é, para o castelhano, o inglês. Para o resto de línguas é - significativamente - sempre o castelhano. Podia explicar-se esse facto pela pressão sociolinguística da língua oficial de todo o território sobre o resto dos códigos, todos eles minorados e envolvidos em processos de normalização linguística de diferentes características (e com diferentes resultados). Poderia haver, aliás, uma explicação complementar em termos mais pragmáticos: a condição de língua oficial para todo o Estado do castelhano e o seu conhecimento obrigatório fazem com que este idioma resulte imediatamente acessível para todos os cidadãos espanhóis, sem atendermos à hipotética posse de uma língua própria diferente (e daí também a aparente concentração profissional). Segundo os dados que fornece o *Libro blanco de la traducción en España* (Benítez, 1997: 49-50), a partir de um inquérito a uma amostra representativa de profissionais, 88% de tradutores teriam como língua-alvo (potencial) o castelhano, 28.8% o catalão, 9.1% o basco e 6.6% o galego.

As traduções de textos portugueses representam também percentagens diferentes, quando consideradas no conjunto da produção para as diferentes línguas. A tradução de português para castelhano coincide, aproximadamente, com a percentagem que representa para o conjunto das línguas do Estado (decerto, pela importância do volume da produção na língua oficial), 0.23%. Fica abaixo da tradução português-galego, que equivale a 0.37% da produção nessa língua. Os livros traduzidos para catalão, redigidos inicialmente em língua

portuguesa, representam 0.14%, e apenas 0.08% no caso do basco. Os dados da tradução português-galego têm de ser postos em relação, necessariamente, com a forte polémica que diz respeito à codificação dessa variedade linguística. Para as pessoas que não estão familiarizadas com esta difícil questão, convém recordar que a actual normativa ortográfica e morfológica do galego (cf.: Decreto autonómico 173/1982) está vocacionada para afastá-lo do seu diassistema originário: o galego-português. O emprego de normas alternativas, que defendem diversas associações de intelectuais de áreas diversas, muito mais próximas do português-padrão – ou mesmo coincidentes com ele – ficou interdita no ensino primário e torna-se inviável para a criação literária, a prosa administrativa ou, claro está, a tradução, pelo simples facto de praticamente não haver editoras na Galiza dispostas a correr o risco que acarreta publicar na norma que é conhecida como *galego reintegrado*.³

Por outro lado, a combinação linguística português-galego está a ser largamente subsidiada pelas instituições oficiais, de modo a aumentar e certificar as diferenças entre as duas variedades. Cumpre advertir, porém, que esse apoio atinge boa parte do mundo editorial galego – não só a tradução, portanto –, fora dos dissidentes normativos, cujas obras e traduções ficam banidas pelo sistema dos prémios e das ajudas institucionais. Como já avançámos acima, por não ser este um trabalho sociolinguístico, não insistimos neste tipo de análise, que deixamos simplesmente apontado como informação complementar para o leitor. Um traço em que importa reparar, quanto à tradução de português para galego, é a hipótese de serem detectadas algumas constantes na selecção dos textos e, talvez, dos autores dos originais. Um dos géneros a que se está a dar maior primazia nas traduções na Galiza é o da Literatura infantil e juvenil. Basta dar como exemplo o facto de as cinco obras traduzidas de português para galego em 1991 corresponderem a esse âmbito. O mesmo aconteceu em 1992, embora se tratasse, neste caso, apenas de duas obras. Em 1993 publicaram-se três obras de criação literária para público infantil e duas para adultos. Uma das criadoras mais solicitadas parece ser Alice Vieira. Já em 1990 a Conselharia da Cultura e Desportos autonómica subsidiou a tradução *A lúa non está á venda* para a *Galaxia*. Em 1991, a Conselharia da Cultura e Juventude apoiou o lançamento de *Paulina ó Piano* pela mesma editora. Também em 1991, viria a lume *Viaxe arredor do meu nome*. A SM editou (aparentemente, sem apoios directos à tradução) *Rosa, miña irmá*

³ Consulte-se, para uma primeira aproximação, o artigo de J. Nogueira "Falar galego, escrever galego", nas páginas 42-43 do núm. 74 da *Pública*, o suplemento semanal do jornal *Público* n.º 2777 (19 de outubro de 1997), que inclui o *dossier* "A Galiza, aqui tão perto". E confira-se com uma reflexão mais académica no artigo de Peres (2000), sobre a tradução, e no trabalho de Garrido & Riera (2000: 20-34 e *passim*) a propósito das linguas especializadas e da habilitação terminológica.

Rosa, e *Os ollos de Ana Marta*, em 1993. Em 1999, a *Xerais* publicou *Caderno de agosto*. Esses dados não excluíram, todavia, terem vindo a lume traduções da obra de outros autores, como os *Contos da Montaña* de Miguel Torga, editados em 1993 pela *Galaxia*, com apoio da Direcção Geral da Cultura da Junta da Galiza, ou o *O lobo guerrilleiro*, editado pela *Xerais*, por certo, com um surpreendente subsídio do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Portugal, em 1996. O trabalho mais recente é a *Verónika decide morrer*, de Paulo Coelho, que chegou às bancas em 2000.

Voltamos agora às generalidades do conjunto das traduções de português para todas as linguas do Estado espanhol. Os dados estatísticos anteriores não diziam respeito a uma situação extraordinária, como alguém poderia vir a intuir. Segundo as informações fornecidas pela base de dados da Agência espanhola do ISBN, relativamente aos livros editados nos últimos 40 anos, o total de obras redigidas em lingua portuguesa cuja tradução para castelhano foi publicada em Espanha é de 1024; 99 para catalão; 11 para basco; e 35 para galego. Portanto, 1169, ao todo. Temos de assinalar que a base de dados do ISBN inclui todos os tipos de obras, não só as literárias. Pareceria manifesta, então, a escassez da actividade tradutora a partir da lingua portuguesa no Estado espanhol. Convém matizar, no entanto, que 890 dessas obras correspondem aos últimos anos do século (1991-1999, pois não contamos com as estatísticas de 2000), 524 para o período 1995-1999, como já sabemos. É certo que a situação hodierna é funesta, mas até 1990 devia ser, simplesmente, desoladora.⁴

Um factor determinante no volume deste tipo de produtos culturais é, decerto, a existência de apoios institucionais. Já indicámos que o Governo Autónomo da Galiza (a *Junta da Galiza*) subsidiou um número significativo de traduções de português para galego. Também o *Ministerio de Educación y Cultura* espanhol mantém um sistema de ajudas à tradução, através fundamentalmente da Direcção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.

⁴ Devemos fazer notar que a precisão dos dados que fornecemos não é tão esmerada como deveria. As estatísticas publicadas nas *Panorámicas* da Agência do ISBN não permitem apurar os pormenores de cada volume, nomeadamente o número de edição que lhe corresponde (de modo a evitar o cômputo de títulos duplicados), nem a lingua estritamente *original* (pode tratar-se, então de traduções de traduções). Por outro lado, aparecem misturadas, em muitas ocasiões, etiquetas linguísticas de forma pouco criteriosa, como os livros galegos adscritos à categoria de original português (mas nem todos), traduções para castelhano sob a epigrafe de traduções para basco, para além doutras incorrecções *menores*, como os erros nas indicações (nem sempre devidos a gralhas tipográficas), as lacunas catalográficas (p. ex. não indicar a lingua em que está redigido o livro, ou a lingua de que foi traduzido), etc. Para apurar estes dados, pode consultar-se a *Bibliografía Española*, que prepara a *Biblioteca Nacional Española* (acessível em CD-ROM, como o ISBN, ou na Internet, com mais limitações), e fazer um esvaziamento em formato IBERMARC, procurando as traduções de português nos campos 500Sa (notas) e 245Sa (titulo). Contudo, os dados serão sempre aproximados e sujeitos a discussão.

Uma instituição muito activa (e bem organizada) é a *Institució de les Lletres Catalanes* (Instituição das Letras Catalãs, ILC), dependente do Departamento de Cultura do Governo Autônomico da Catalunha (a *Generalitat de Catalunya*). Segundo os dados dos seus relatórios, alguns deles publicados (v. ILC 1997), o governo da Catalunha, nos períodos de 1991 a 1993 e de 1997 a 1999 (não dispomos das estatísticas para outros anos), concedeu subsídios para editar as traduções para catalão de 320 obras literárias. Delas, sete correspondem a originais em língua portuguesa. De modo complementar, a ILC subsidiou a tradução de quatro obras originais em língua catalã para português (nesse período teriam sido editadas 20 obras com essas características, segundo os seus dados).

Na listagem de autores lusófonos traduzidos para catalão nos últimos anos, com subsídios ou sem eles, dá nas vistas o nome de Paulo Coelho: *El diari d'un mag* (1996), *Vora el riu pedra em vaig asseure a plorar* e *La cinquena muntanya* (1997), *L'Alquimista* (1998), *Verónica decideix morir* (2000). Todas estas obras foram editadas pela *Proa*, que já nos últimos anos se tinha interessado por autores como Jorge de Sena (*Senyals de foc*, 1986), José Saramago (*Memorial del convent*, 1988), Jorge Amado (*Els vells mariners*, 1988), Fernando Pessoa (excertos do *Llibre del defici*, 1990; *L'hora del diable i altres ficcions*, 2000), Miguel Torga (*La creació del món*, 1990), António Lobo Antunes (*L'esplendor de Portugal*, 1999; *Exhortació als cocodrils*, 2000). Por outro lado, as *Edicions 62* fazem com que o Nobel José Saramago seja a sua divisa (*Història del setge de Lisboa*, 1990; *L'any de la mort de Ricardo Reis*, 1997; *Tots els noms*, 1999; *L'evangeli segons Jesucrist*, 2000), sem descuidar outros autores, como Jorge Amado (*Gabriela, clau i canyella*, 1997) ou Mário de Sá-Carneiro, cuja *La confessió de Lúcio* foi lançada em colaboração com a editora *La Magrana*, que já publicou *El banquer anarquista* (1990, 1997) de Fernando Pessoa, e a *Nació criolla* (1999), de José Eduardo Agualusa. Para além dessas duas grandes editoras, na *Quaderns Crema* vieram a lume *L'Alienista* (1996) e *El senyor Casmurro* (1997), de Machado de Assis, bem como *El cosí Basílio* (2000), de Eça de Queirós.

A relativamente aceitável listagem de traduções do género narrativo não está a condizer com as do Teatro, em que unicamente podemos salientar o *Fra Luís de Sousa* de Almeida Garret, obra editada pelo *Institut del Teatre de la Diputació de Barcelona* (1995). A tradução de poesia de português para catalão contou com um extraordinário início, uma compilação de *Poesia Galaico-Portuguesa*, elaborada por Josep M. Llompart para as *Edicions 62* em 1984. O mesmo estudioso compilou também para essa editora uma recolha de *Poesia gallega, portuguesa i brasilera contemporània* em 1988. Seguiram-se logo, já a inaugurar uma autêntica *moda-Pessoa* na década de 80 na Catalunha, as traduções de Joaquim Sala-Sanahuja dos *Poemes d'Alberto Caeiro* e dos *Poemes d'Álvaro de Campos*, para as *Edicions del Mall*. Mais recentes são as magníficas traduções dos poemas de *L'enginyer*.

Psicologia de la composició, de João Cabral de Melo Neto (*Edicions 62*, 1994) e os da *Última ciência*, de Herberto Helder (*Pagès Editors*, 2000, com apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas). Também nestas obras, como em muitas outras que não citamos, sente-se a presença do Professor Sala-Sanahuja, ora como autor de prólogos, ora como coordenador ou como orientador.

Não podemos deixar de assinalar que também foi traduzida uma obra de Mia Couto, editada no Principado da Andorra, o pequeno Estado dos Pirinéus que tem o catalão como única língua oficial (*El balcó del Frangipani*, que publicou em 1997 a *Limits*, com um subsídio do Ministério dos Assuntos Sociais e da Cultura do Governo da Andorra).

Quanto à tradução de português para basco, não podemos falar em concentração do mercado. A produção diversifica-se numa constelação de casas editoras. Já em 1990, a *Pampiela* deu a lume em Navarra a *Uraren bezpera* de Eugénio de Andrade. As *Ediciones SM* publicaram *Nire izenaren gorabeherak*, da incombustível Alice Vieira (1991). A *Txalaparta* editou *Uala maitasuna* (Frei Betto, 1993) e *Ngungoren abenturak*, de Pepetela (1996). *Ediciones mensajero* lançou em 1993 os *Angolako ipuinak*, de P. Pedro Adão Neto. *Ibaizabal Edelvives* editou *Mandarin zaharra*, de Eça de Queirós (1992) e *Jubiab*, de Jorge Amado (1997). *Igela argitaletxea* publicou *Alienista*, de Machado de Assis (1990), e devemos à *Alberdania* os *Piztiak*, de Miguel Torga (1997). Torna-se difícil sistematizar os escassos dados para intuir tendências na selecção de géneros e autores, em contraposição com o caso catalão, provavelmente o mais interessante, deixando de lado, claro está, o do onnipotente castelhano.

Uma história recente, a propósito de Mia Couto, será testemunho da atenção com que a indústria editorial espanhola segue as evoluções do mercado da tradução de originais em língua portuguesa para castelhano. Em 1998 veio a lume a tradução da *Terra Sonâmbula* do escritor moçambicano, editada pela *Alfaguara*. Na *Nota sobre la traducción* adverte-se que "Al parecer, la presente edición de Tierra sonâmbula es el primer libro escrito por un mozambiqueño que se traduce al español". A notícia daria motivos para ficarmos desapontados, se não existisse um outro livro, *Cronicando*, editado pela já citada *Txalaparta* em 1996, tradução do original português de título homógrafo, que recolhe na contra-capá as seguintes informações: "Mia Couto es uno de los escritores en lengua portuguesa más importantes de la actualidad. Este libro es su primera traducción al castellano."

A tradução para castelhano de textos em língua portuguesa ficaria muito mais perto dos padrões da normalidade, se não considerássemos a sua escassez. Permitir-nos-ia esse facto poupar os pormenores que se afiguravam mais interessantes no resto das combinações linguísticas, até porque neste caso seria demasiado prolixo apresentar listagens de textos traduzidos, dados sobre as editoras ou datas de publicação, que aqui reduzimos a uns poucos exemplos.

A evidência mais clara da seminormalidade a que aludimos é a diversidade dos tipos de livros traduzidos. O elenco vai, para além da Literatura, da Teologia Pastoral – p. ex. *Comunidades eclesíásticas de base*, 1986, de Marcelo de C. Acevedo; *Pasión de Cristo, pasión del mundo*, 1987, de Leonardo Boff (nos últimos anos registam-se mais de 40 ISBNs correspondentes a traduções de trabalhos desse autor) – à Engenharia Mecânica (*Circuitos prácticos de audio, alta fidelidad y estéreo*, 1978, de G. Affonso Pena; *Emisión para radioaficionados*, 1977, de João Caninas), a Sociologia (*La cortina de oro*, 1997, de C. Buarque), a Psicologia de divulgação (*Cómo superar los exámenes*, 1999, de Lair Ribeiro), ou a Informática (*Clipper 5.01 avanzado*, 1992, de José António Ramalho). Permitimo-nos unicamente fazer uma referência necessária ao trabalho extraordinário que, na área da tradução de português para castelhano, desenvolveu (e ainda está a desenvolver) o Prof. Basilio Losada. Correspondem ao Doutor Losada, cujos trabalhos mereceram já um *Premio Nacional de Traducción*, várias dezenas de livros traduzidos, com um leque de autores que inclui os nomes de Jorge Amado, João Aguiar, Agustina Bessa-Luis, Vergilio Ferreira, José Cardoso Pires, Paulo de Carvalho-Neto, Autran Dourado, e Almeida Faria, entre outros. Há relativamente poucos anos que abandonou a tradução da obra literária de José Saramago, que passou a ser vertida para castelhano por Pilar del Río. Na enumeração de tradutores de português para espanhol é imprescindível citar o trabalho de Ángel Crespo, o grande importador da obra de Pessoa (com M. A. Viqueira ou J. A. Llardent), que também transferiu para a sua língua trabalhos de Mário de Sá-Carneiro, Eugénio de Andrade, Guimarães Rosa, ou João Cabral de Melo Neto, e cujo desaparecimento deixou saudades permanentes em todos os apreciadores das letras portuguesas.

2. A tradução de produtos audiovisuais em língua portuguesa

Uma pesquisa sobre a tradução de qualquer língua para qualquer outra não deveria ficar limitada aos livros, logicamente. Para falar verdade, os dados do ISBN dizem respeito não só aos livros convencionais, mas também à edição multimédia, aos audiolivros e videolivros, bem como às edições em microfichas. Há, porém, alguns outros aspectos que não são recolhidos, nomeadamente determinados produtos audiovisuais, como a produção cinematográfica, em vídeo e para as estações de televisão. O *Instituto de la Cinematografía y de las Artes Audiovisuales* (ICAA) do Ministério da Educação, Cultura e Desportos espanhol mantém uma base de dados relativa aos filmes espanhóis e estrangeiros exibidos em Espanha. Realizámos a soma das obras classificadas nas epígrafes "Brasil" e "Portugal", para os anos 1991 a 1999. No primeiro grupo apareciam sete filmes: *Tieta do Agreste* (C. Diegues, 1996), *O Quatrilho* (F. Barreto, 1995), *O que é isso, companheiro*

(B. Barrero, 1996), *Central do Brasil* (W. Salles, 1997), *Bela Donna* (F. Barrero, 1997), *O primeiro dia (contagem regressiva)* (W. Salles, 1998) e *Orfeu* (C. Diegues, 1999). Todas contaram com versões dobradas e legendadas para castelhano, exceptuando *O primeiro dia*, que teria sido exibida apenas em versão legendada (segundo os dados do ICAA).

O capítulo "Portugal" é mais complexo, já que são incluídos diversos filmes produzidos, com efeito, em Portugal, mas cuja língua original e de exibição nem sempre foi o português. A listagem dá as referências de vinte e sete filmes, ao todo. Alguns deles terão sido, muito provavelmente, (co-)produzidos em origem para várias línguas (como a *El Rey pasmado*, I. Uribe, 1991; *Belle époque*, F. Trueba, 1992; *Casa dos espíritos*, A. Bille, 1993; *O Fio do Horizonte*, F. Lopes, 1993, *Vale Abraão*, M. de Oliveira, 1993), ou serão directamente multilíngues (*Lisbon Story*, W. Wenders, 1994), e só alguns poucos corresponderam a versões originais portuguesas (*A caixa*, M. de Oliveira, 1994, legendada em castelhano; *Adão e Eva*, J. Leitão, 1996, dobrada e legendada em castelhano; *O Rio do Ouro*, P. Rocha, 1998, legendada em castelhano). A média de produtos cinematográficos originais em língua portuguesa exibidos em Espanha, dobrados ou legendados em castelhano, seria, na melhor das hipóteses, de uns três filmes por ano, entre 1991 e 1999. O cinema português continua a ser, nas salas de exibição espanholas, um produto certamente exótico.

Um outro elemento interessante que quisemos avaliar é a emissão pelas estações televisivas do sector público de produtos originais em língua portuguesa, dobrados ou legendados para alguma das línguas oficiais do Estado espanhol. Consultámos, para esses efeitos, os Serviços de Documentação da *Televisión Española*, da *Euskal Telebista*, da *Televisió de Catalunya* e da *Televisión de Galicia*.

Segundo os dados fornecidos pela base de dados da *Televisión Española*, a única estação de televisão institucional que abrange todo o território do Estado, essa televisão pública teria exibido nestes dez anos apenas 9 filmes, como representação das produções audiovisuais em língua portuguesa. Eles são: *O lugar do morto* (A. P. Vasconcelos, 1984); *Dans la ville blanche* (A. Tanner, 1983); *Os canibais* (M. de Oliveira, 1988); *Onde bate o sol* (J. Pinto, 1989); *Tempos difíceis* (J. Botelho, 1988); *Recordações da casa amarela* (J. C. Monteiro, 1989); *O processo do Rei* (J. M. Grilo, 1988); *Os cornos de Cronos* (J. Fonseca e Costa, 1990); *Vale Abraão* (M. de Oliveira, 1993). Porém, a versão original de *Dans la ville blanche*, o excelente filme de Alain Tanner que retrata a cidade de Lisboa, não é estritamente portuguesa, apesar da fita estar incluída na categoria de cinema em português. Todos os filmes foram exibidos em versão original legendada em castelhano.

A televisão autonómica basca, ETB, não emitiu nos últimos dez anos qualquer produto original em língua portuguesa, dobrado ou legendado em basco, a acreditarmos nas informações dos seus serviços documentais.

A Televisão da Galiza, TVG, co-produziu em 1992 com a RTP a obra teatral *A Castro*, de António Ferreira, que foi exibida com legendagem em galego. Apesar da proximidade entre galego e português, que até os inimigos mais ferrenhos do reintegracionismo linguístico admitem, a legendagem não foi sempre a prática habitual da TVG. Nos últimos anos foram exibidos, dobrados para galego, os filmes *Inês de Portugal*, de José C. de Oliveira (produzida em 1998) e *Amo-te, Teresa*, de Ricardo Espírito Santo (1999). No caso da Galiza, a contiguidade geográfica também não se traduziu num interesse salientável pelos produtos audiovisuais portugueses. Porém, há algumas iniciativas de cooperação que devemos indicar. Entre Abril e Maio de 1997 a TVG emitiu um programa informativo semanal, *Sen fronteiras*, produzido em parceria com a RTP, com apoio do programa *Intereg II* da União Europeia, no quadro das actividades para dar maior coesão à euro-região Galiza-Norte de Portugal. Na sequência dessas iniciativas, a TVG mantém uma delegação informativa permanente no Porto, que dá uma certa especificidade às informações geradas em Portugal. Em todo o caso, a situação galega é diferente da de outras comunidades linguísticas, também nesta área, pela possibilidade real com que contam os cidadãos do sul da Comunidade Autónoma de ter acesso directo à programação das estações televisivas portuguesas.

A Televisão da Catalunha (TVC, TV3 e o Canal 33) emitiu diversos filmes originais em língua portuguesa: em 1990 *L'òpera del murri* (R. Guerra, legendada); em 1992 *Gabriela* (B. Barrero, dobrada); e em 1991 *Els homes volem la pau* (L. F. Carvalho, 1991). Para além desses produtos, a TVC exibiu um documentário produzido pela RTP, *Aristides de Sousa Mendes: el cònsul proscrit* (2000, dobrado), e várias séries, fundamentalmente de origem brasileira (da TV Globo): *Cos a Cos* (D. Carvalho & J. Monjardim, 1991, dobrada), *La successora* (H. Rossano, 1992), e *Anys daurats* (M. de Barrero & S. Luz, 1994, dobrada). Já antes destes anos, emitiu mais filmes – *Principi de la Saviesa* (A. de Macedo, 1985, dobrada) e *Kilas* (J. Fonseca e Costa, 1986, legendada) –; e mais séries – *La guerra dels sexes* (F. Jorge & G. Arraes, 1983, dobrada), *Lampião i Maria Bonita* (P.A. Grisolli & L. A. Pia, 1984, dobrada), *L'esclava Isaura* – que também passou na Televisão da Galiza – (H. Rossano, 1984, dobrada), *Molins de vent* (W. Avancini, 1984, dobrada), *Amistat en colors* (W. Campos, 1984, dobrada), *El contacte de Manaus* (1984, dobrada), *Dancing Days* (1985, dobrada), *Balla amb mi* (1987, dobrada), e *La senyoreta* (R. Boury & J. Monjardim, 1989, dobrada). É espantosa a abundância de material em língua portuguesa exibido na televisão da Catalunha, quando comparado com o do seu equivalente na Televisão Espanhola de âmbito estatal. Haveria, na minha óptica, uma explicação para esse fenómeno. Numa certa altura, a princípios da década de 80, entrou na moda em toda Espanha o fenómeno do *culebrón*, histórias seriadas de baixo custo, produzidas geralmente na América hispanófono (nomeadamente a Venezuela),

cujo público-alvo eram as donas de casa. A TVC, considerada um instrumento essencial no processo de normalização linguística que está a viver o catalão, não emite habitualmente produtos em língua castelhana (exceptuando uma parte da publicidade). A escolha de material original numa língua diferente evita ter de tomar a decisão pouco económica de dobrar ou legendar produtos numa língua que todo o público já conhece e tem, ao mesmo tempo, o valor simbólico acrescentado de utilizar uma fonte cultural diferente.

Não contamos, nos dados sistemáticos referidos, com as estações privadas da televisão em Espanha (*Antena 3, Tele 5 e Canal Plus*), que são ainda relativamente recentes no panorama espanhol. Também não dispomos de dados sobre o mercado do vídeo doméstico. Em geral, o âmbito privado mereceria um estudo com mais profundidade do que aquele que agora lhe podemos dispensar. Sabemos, em todo caso, que as traduções de produtos originais em língua portuguesa para galego, éuscaro e catalão são aparentemente inexistentes. O mercado do vídeo em língua autóctone só agora começa a ser estimulado na Catalunha, com o apoio da *Direcció General de Política Lingüística* (e, portanto, na fronteira entre o público e o privado) estando vocacionado de preferência para o público infantil, e com presença nula, como já dissemos, de material original em língua portuguesa. Pode consultar-se uma listagem de vídeos em catalão, bem como as informações relativas aos apoios institucionais nessa área em <http://cultura.gencat.es/lengcat>.

3. A formação de tradutores e intérpretes

A língua portuguesa está praticamente ausente do sistema de ensino primário e secundário espanhol, em que o inglês – e só secundariamente o francês e, nos últimos anos, o alemão – usufrui do monopólio da condição de primeira língua estrangeira. Tudo isso faz com que as disciplinas de *Técnicas de Tradução*, em diversas combinações linguísticas, presentes no quadro das matérias de Formação Técnica do Ensino Secundário português, não tenham qualquer equivalente no sistema espanhol. Não existem cadeiras com essa descrição e, mesmo que existissem, o português não teria um lugar próprio entre os pares linguísticos enquanto não mudasse a selecção de línguas para esses níveis do sistema de ensino.

Ao contar as instituições subsidiadas com fundos públicos e privados, há para já, no Estado espanhol, três universidades que incluem a combinação português-espanhol nos seus actuais planos de estudos. É dado ao português, em todos os casos, o estatuto de *língua C*, quer dizer, apenas a segunda língua estrangeira. É consequência deste facto não existir, nas directrizes ministeriais, a obrigação de

estabelecer, nos planos de estudos particulares, a formação de intérpretes de língua portuguesa, assim como a tradução inversa português-espanhol, ou mesmo a tradução especializada e científico-técnica de ou para a língua portuguesa. Uma outra consequência é um aluno que inclua no seu *curriculum* a língua portuguesa não poder obter a habilitação imediata como tradutor ajuramentado que é prevista na actual legislação para os estudantes que concluem os estudos com sucesso. Desenvolveremos, a seguir, algumas destas questões.

Começamos por indicar as três instituições universitárias em que são ministradas licenciaturas de tradução e interpretação que oferecem cadeiras de tradução português-espanhol. Elas são a *Universidad de Granada*, a Universidade de Vigo e a *Universitat Autònoma de Barcelona*.

Repare-se que este facto tem, ainda, uma outra consequência, que diz respeito a um dos pormenores dos meus comentários anteriores. Em primeiro lugar, só a Faculdade de Tradução e Interpretação da *Universidad de Granada* oferece uma formação para tradutores em língua portuguesa que tem como língua-alvo exclusivamente a língua espanhola (Cf.: Sabio Pinilla, 1995). Unicamente esta Universidade oferece no seu plano de estudos, por enquanto, a tradução inversa (quer dizer, espanhol-português) nessa combinação.

Na *Universitat Autònoma de Barcelona*, que trabalha para duas línguas-alvo (catalão e espanhol), as turmas traduzem simultaneamente para as duas combinações. O número de créditos totais (quer dizer, horas lectivas), porém, não é duplicado. Não está prevista a formação de intérpretes nas combinações português>catalão ou português>espanhol. Também não o é a tradução especializada, nem a tradução científico-técnica.

A Universidade de Vigo conta com duas combinações linguísticas: português-espanhol e português-galego. Já avançámos algumas opiniões sobre a segunda delas. No actual plano de estudos não é prevista a formação de intérpretes nas combinações português>galego ou português>espanhol. O mesmo acontece com a tradução especializada e com a tradução científico-técnica. Porém, o novo plano de estudos, que terá início, segundo a previsão das autoridades académicas, no ano lectivo 2001-2002, incluirá disciplinas de interpretação, tradução inversa A>C e tradução especializada C>A.

Quanto ao País Basco, inicia-se neste ano a Licenciatura de Tradução e Interpretação no campus de Araba da Universidade do País Basco, *Euskal Herriko Unibersitatea*, com diversas combinações entre castelhano/basco e alemão, francês, inglês, italiano e russo. A língua portuguesa ficou fora do leque de opções para estes estudos.

4. A tradução ajuramentada

Na alínea anterior fazíamos referência à condição de tradutor ajuramentado, que agora definimos. Tradutor/Intérprete ajuramentado é a pessoa que, habilitada por uma instituição do país em que exerce a profissão, pode dar certeza da exactidão na correspondência com o texto original de uma tradução (ou de uma interpretação, eventualmente). No Estado espanhol, a certidão que habilita as pessoas para o exercício desse trabalho pode obter-se por duas vias. A primeira, a "histórica", ficou regulamentada pela última vez em 23.2.1996 (BOE 6876), e consiste numa prova de aptidão, que inclui quatro exercícios, que para a combinação português-espanhol, são:

- o primeiro, a tradução de português para espanhol, sem dicionário, de um texto de tipo jornalístico ou literário;
- o segundo, a tradução de espanhol para português, também sem dicionário, de um texto de tipo jornalístico ou literário;
- o terceiro, uma tradução de português para espanhol, com dicionário, de um texto jurídico ou económico;
- o quarto, o resumo oral de um texto escrito, que é fornecido pelo júri, bem como as respostas, também orais, às perguntas formuladas sobre o mesmo assunto.

A segunda via, que permite a habilitação directa (sem provas específicas, portanto) aos licenciados universitários em tradução e interpretação, foi o resultado de um processo de negociação muito complexo entre a *Oficina de Interpretación de Lenguas* do *Ministério de Asuntos Exteriores* (o Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol) e a Conferência de Centros e Departamentos Universitários de Tradução e Interpretação do Estado espanhol. Resultou daquelas negociações um procedimento de habilitação que consiste em fazer a contagem dos créditos obtidos pelos licenciados nas cadeiras de tradução especializada e de interpretação nas combinações B>A>B (quer dizer, nas combinações que incluem a língua materna e a primeira língua estrangeira). O número de créditos não pode ser inferior a 24 no que diz respeito à tradução especializada (jurídica-económica) e a 16 no que diz respeito à interpretação. Atente-se em que as línguas C, como segundas línguas estrangeiras, são omitidas, e assim o português não está sujeito a esta nova via de habilitação, que ficou excluída para todos os centros universitários do Estado espanhol. Repare-se também que, para candidatar-se pela primeira via, nem era preciso contar com mais habilitações universitárias do que o título espanhol de *Diplomado* (equivalente ao *Bacharel* português).

Há, neste momento (Fevereiro de 2001), segundo os dados que nos foram fornecidos pela OIL, 75 tradutores ajuramentados de língua portuguesa, habilitados todos eles, portanto, pela primeira via.

A Catalunha dispõe de um sistema de habilitação de tradutores ajuramentados para catalão independente do âmbito estatal, regulado pelo Decreto autonómico 87/1994, de 19 de Abril, *de traducció i interpretació jurada al català*, que modificou recentemente o Decreto 119/2000, de 20 de Março, *de traducció i interpretació jurades*. Porém, nunca foram, ainda, marcadas provas para a combinação português-catalão. Em termos práticos, isso quer dizer que unicamente podem trabalhar nesse par linguístico os tradutores habilitados para português pelo Ministério e para catalão pelo governo autonómico (a *Generalitat de Catalunya*), ou pelo próprio Ministério, antes de serem transferidas as competências em matéria linguística para as Comunidades Autónomas.

A Galiza e o País Basco ainda não dispõem de registos independentes de tradutores ajuramentados, nem de sistemas de habilitação próprios. O número de tradutores habilitados para galego e basco é certamente reduzido, e correspondem todos eles à via ministerial e não a procedimentos autonómicos específicos.

Conclusões

Os elementos do quadro que acabamos de apresentar, e que ainda poderíamos complementar com outros dados de natureza similar, obrigam-nos a pôr de quarentena o optimismo a que aludíamos nas primeiras linhas deste trabalho. Com efeito, as informações relativas a todas as áreas consideradas (livros, material audiovisual, formação de tradutores, tradução ajuramentada) são sintomas de uma clara falta de interesse pela tradução de português para as línguas oficiais no Estado espanhol. É de justiça, porém, reconhecer o importante contributo neste campo de diversos vultos do mundo cultural e académico que já citámos nos parágrafos anteriores. Infelizmente, ter de salientar o trabalho individual, por importante que seja o nível atingido nele, será mais um novo indicio do desleixo geral, constituindo esses modos de proceder digníssimas excepções.

Devemos fazer notar, todavia, a evidência de não ser esta uma característica exclusiva da tradução de português para as línguas espanholas, antes, um traço distintivo, lamentavelmente, da tradução de português em conjunto. Será significativo, para esses efeitos, reproduzir aqui um trecho da apresentação do V Congresso Internacional de Tradução, recentemente convocado pela Universidade Autónoma de Barcelona (a primeira a oferecer Estudos de Tradução

em Espanha), sob o lema de *Interculturalidade e tradução: as línguas menos traduzidas*:

According to 1994 statistics [tiradas do Relatório Mundial da Cultura, da UNESCO], 28,646 English works were translated into other languages, while less than 300 works were translated from languages such as Arabic, Chinese, and Portuguese.⁵

Pondo de parte este dado funesto, é óbvio que as ligações entre os âmbitos lusófono e hispanófono têm hipóteses de ser, por proximidade geográfica, cultural, e - certamente - linguística, muito mais estreitas do que entre outros pares de línguas. Quais são os motivos para não se verificar essa circunstância? Entre outros, da nossa óptica, os três que se seguem.

Em primeiro lugar, para o público espanhol, o português é uma língua imediatamente acessível a nível escrito e essa constatação fez com que a actividade profissional dos tradutores de português não atingisse ainda uma consideração profissional que fica reservada para combinações aparentemente mais úteis, que incluem o inglês, o alemão ou o francês. Porém, cumpre apurar aqui esta afirmação inicial. Devemos salientar, antes de mais, que a imediata acessibilidade da língua portuguesa atingiria, em todo o caso, unicamente os textos escritos (nem todos, por certo). As manifestações orais da língua de Camões resultam, para a maior parte dos cidadãos espanhóis, uma amálgama enfadonha de fonemas obscuros com que os "irmãos portugueses" teimam em ocultar o seu discurso. Curiosamente, a percepção do português como língua fácil - e, portanto, pouco útil - parece ser directamente proporcional à distância de Portugal a que está situado o centro de formação de tradutores. Na Universidade de Vigo, por exemplo, a 30 quilómetros da ponte internacional de Tui-Valença do Minho, o número de estudantes das combinações linguísticas que incluem o português é insignificante quando comparado com o número de estudantes catalães que escolhem as combinações português-espanhol/catalão na Universidade Autónoma de Barcelona. Quando a língua de um Estado vizinho é tão próxima e, ao mesmo tempo, tem uma presença tão limitada, tem tão pouco valor de uso real, não espanta nada ser considerada pelos cidadãos do segundo Estado em causa (ou da segunda Comunidade Autónoma em causa) uma variedade pouco útil, ou, então,

⁵ Nesse mesmo ano em que a UNESCO detecta menos de 300 traduções de obras portuguesas, detectamos nós no ISBN espanhol 56 traduções do português (5 eram para catalão e 3 para galego; não contamos com dados para o basco, mas é fácil prever que pouco menos de 50 seriam para castelhano). A imensa distância ficam as traduções do inglês (6483), do alemão (880), do italiano (716), ou mesmo do catalão (132, em traduções para as outras línguas do Estado) só em Espanha.

simplesmente inútil. A vontade de orientar o próprio percurso universitário para essa via é, portanto, habitualmente, o resultado de considerar as matérias de português "cadeirinhas" fáceis de superar, ou a simples consequência de não dispor de vagas em combinações linguísticas mais atraentes.

Em segundo lugar, o extraordinário desconhecimento de Portugal é um denominador comum que um observador imparcial detectará imediatamente, com pequenos matizes, nas diferentes nações que conformam o Estado espanhol. Este desconhecimento (por vezes não isento de um bocado de desprezo) poderia ser, paradoxalmente, consequência e causa da "familiaridade" que apontámos no parágrafo anterior. Não parece que exista, apesar dos constantes depoimentos institucionais nesse sentido, qualquer política *efectiva* no Estado espanhol visando uma modificação substancial dessa propensão. Se existisse, a sua eficácia teria sido bem limitada, aliás.

Em terceiro lugar, não parece que a indústria cultural portuguesa tenha recebido dos gestores públicos do primeiro país interessado nela, Portugal, o estímulo e os apoios suficientes para projectar os seus produtos no ambiente mais imediato (a Península Ibérica). Esta observação parece aplicável também ao conjunto do âmbito internacional, alargando, por certo, as responsabilidades para o conjunto da Lusofonia, a acreditarmos nos dados do Relatório da UNESCO apresentados pelos organizadores do Congresso de Tradução que antes citámos.

. . .

Para as pessoas que se interessam pela língua portuguesa, a situação que acabo de descrever é, simplesmente, habitual. Pensar o contrário será um auto-engano em que nem nós já gostamos de cair. Felizmente, e por enquanto, Portugal e Espanha vão continuar a ser vizinhos inevitáveis. Essa realidade geográfica é muito mais obstinada do que a altanaria de um país ou o acanhamento do outro. As pessoas que moram no mesmo prédio, afinal, não podem deixar de falar (mesmo quando falam com sete pedras na mão). E quando as pessoas falam línguas diferentes, embora muito próximas, têm de procurar tradutores.

Para além das grandes palavras dos políticos, os tradutores trabalham com as pequenas palavras de todos os dias. Os caminhos que nós construímos ligarão tão bem os nossos países como as auto-estradas que eles inauguram. Uma sólida actividade tradutora (e de formação de tradutores) indicará, na altura em que não seja uma utopia, uma normalização das relações entre as diversas áreas linguísticas da Ibéria. Gostava imenso de ver isso algum dia.

Referências Bibliográficas

- BENÍTEZ EIROA, E. *et alii.* (1997) – *Libro Blanco de la traducción en España*. Madrid: ACE Traductores.
- GARRIDO, C. ; C. RIERA (2000) – *Manual de Galego Científico*. Corunha: AGAL.
- ILC [Institució de les Lletres Catalanes] (1997) – *Catalan Language Literature: Translations, the last 20 years (1977-1996), Literatura en llengua catalana: traduccions, els darrers 20 anys (1977-1996)*. Generalitat de Catalunya, Departament de Cultura: Institutió de les Lletres Catalanes.
- Panoràmica 1991* = MEC [Ministerio de Cultura] (1992) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1991*. Madrid: Centro del Libro y de la Lectura. Dirección General del Libro y Bibliotecas, Ministerio de Cultura.
- Panoràmica 1992* = Galán Pérez, J.M. [dir] (1993) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1992*. Madrid: Centro del Libro y de la Lectura. Dirección General del Libro y Bibliotecas, Ministerio de Cultura de España.
- Panoràmica 1993* = Martínez-Novillo González, A. [coord] (1994) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1993*. Madrid: Centro del Libro y de la Lectura, Dirección General del Libro y Bibliotecas, Ministerio de Cultura de España.
- Panoràmica 1994* = Pena Sánchez de Rivera, P. [dir] (1995) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1994*. Madrid: Subdirección General de Promoción del Libro, la Lectura y las Letras Españolas, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Ministerio de Educación y Cultura.
- Panoràmica 1995* = Pena Sánchez de Rivera, P. [dir] (1996) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1995*. Madrid: Subdirección General Promoción del Libro, la Lectura y las Letras Españolas, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Ministerio de Educación y Cultura.
- Panoràmica 1996* = Pena Sánchez de Rivera, P. [dir] (1997) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1996*. Madrid: Secretaría General Técnica - Centro de Publicaciones, [Ministerio de Educación y Cultura, Secretaría de Estado de Cultura, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas].
- Panoràmica 1997* = Herráez Sanz, J. [coord] (1998) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1997*. Madrid: Secretaría General Técnica - Centro de Publicaciones, [Ministerio de Educación y Cultura, Secretaría de Estado de Cultura, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas].
- Panoràmica 1998* = MEC [Ministerio de Educación y Cultura] (1999) – *Panoràmica de la Edición Española de Libros 1998*. Madrid: Secretaría General Técnica - Centro de Publicaciones, [Ministerio de Educación y Cultura, Secretaría de Estado de Cultura, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas].

- Panorámica 1999* = MEC [Ministerio de Educación, Cultura y Deportes] (2000) – *Panorámica de la Edición Española de Libros 1999*. Madrid: Secretaría General Técnica, Subdirección General de Información y Publicaciones. Ministerio de Educación, Cultura y Deportes.
- PERES RODRIGUES, J. H. (2000) – Especificidades do galego-português como lingua-alvo da tradución na Galiza..In J. L. Rodríguez (ed.) – *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, T. I, pp. 759-770.
- SABIO PINILLA, J. A. (1995) – O Portugués na Universidade de Granada. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 14, pp. 144-147.
- VERNET, J. (1992) – *Normalització lingüística i accés a la funció pública*. Barcelona: Fundació Jaume Callís.

Outras fontes documentais

Centros de Documentação

Arquivo de Documentação de *Televisión de Galicia*.

Centro de Documentação de *Televisión Española, S.A.*

Departamento de Documentação de *Televisió de Catalunya*.

Departamento de Documentação de *Euskal Telebista*.

Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas. Servicio de Estudios y Documentación.

Internet

<http://www.mec.es>

<http://cultura.gencat.es/llengcat>

<http://www.fti.uab.es/ti2001>

CD-ROM

Agencia Española del ISBN. Ministerio de Cultura. Centro del Libro y la Lectura [Espanha].